



ENSINO DE BIOLOGIA NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL (CRMS): SENTIDOS DE CONHECIMENTO EM DISPUTA NA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

TELMA RODRIGUES DA SILVA BENETTI; MARIA APARECIDA LIMA DOS SANTOS

RESUMO

Neste estudo, investigamos os sentidos de conhecimento presentes no Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS) no âmbito do ensino de Biologia, à luz das transformações impulsionadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Reforma do Ensino Médio. Nosso objetivo é compreender como o conhecimento científico é recontextualizado nos documentos curriculares oficiais, analisando as convergências e divergências entre as diretrizes nacionais e as especificidades regionais. Para isso, realizamos uma análise comparativa entre os conteúdos e objetivos de aprendizagem propostos no CRMS e aqueles prescritos pela BNCC, com especial atenção à incorporação (ou não) de elementos socioculturais e ambientais característicos do estado de Mato Grosso do Sul. Conduzimos uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental, mobilizando referenciais teóricos como a teoria da recontextualização curricular e a noção de governamentalidade. Esses aportes nos permitem refletir sobre os processos pelos quais o conhecimento é selecionado, reorganizado e legitimado nas políticas educacionais atuais. Os resultados preliminares revelam uma tendência à homogeneização curricular, marcada pelo apagamento de conteúdos científicos e pela perda de uma abordagem crítica e contextualizada no ensino de Biologia. Identificamos uma forte influência de uma perspectiva neotecnicista, que prioriza o desenvolvimento de competências voltadas ao mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral e emancipadora. Essa orientação tem impactos significativos na autonomia docente, no potencial crítico do currículo e na construção de uma educação científica significativa. Em síntese, observamos um processo de resignificação do conhecimento escolar que favorece a lógica da mercantilização da educação, silenciando saberes e experiências locais em nome da padronização nacional.

Palavras-chave: Governamentalidade; Recontextualização; Neotecnicismo.

1 INTRODUÇÃO

A Contrarreforma do Ensino Médio (Ferreira, 2017), instituída pela lei 13.415/2017, retirou a obrigatoriedade de quase todas as disciplinas do currículo, incluindo-se aí a Biologia. Associada a esse processo de apagamento, articula-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), que diluiu os conteúdos do campo disciplinar na chamada “área de conhecimento” de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

O Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), documento curricular base para nortear o planejamento de professoras/es no estado, foi elaborado como parte do processo de implementação do Ensino Médio, decorrente da Lei 13.414/2017. Esse documento, na busca de fixação de sentidos, opera com híbridos e recontextualizações (Lopes, 2006; Gabriel, 2015) resignificando o que se compreende por conhecimento em contexto de disputas entre projetos formativos para a etapa do Ensino Médio.

Neste trabalho, que se encontra em seu início e realizado em nível de doutorado, pretendemos apresentar uma análise dos sentidos de conhecimento que flutuam no CRMS e que se encontram voltados ao ensino de Biologia, para, posteriormente, investigar os sentidos que professoras e professores atribuem a esse ensino, considerando as especificidades das práticas escolares.

Nesta comunicação, pretendemos apresentar os resultados dessa análise, destacando os processos de apagamento e de afastamento dos conteúdos escolares da Ciência de Referência do campo disciplinar pela ressignificação do que se concebe como conhecimento de natureza científica promovido pela BNCC, como outros estudos de nosso grupo de pesquisas vêm apontando (Zandavalli; Santos, 2023).

Assim, o objetivo central nesta primeira etapa de nosso trabalho é sistematizar as semelhanças e diferenças entre o que é previsto como objetivos e conteúdos para o ensino de Biologia no CRMS e na BNCC, observando em que medida questões locais e regionais são incorporadas, tendo-se em vista as especificidades do ensino de Biologia em uma região como a Centro-Oeste.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para análise dos documentos curriculares mencionados anteriormente, pautamo-nos pelos princípios da pesquisa documental (Silva et al, 2009) e de caráter qualitativo (Ghedin; Franco, 2011). Além disso, em nossa investigação, abordamos a documentação como discurso e como texto, na acepção apresentada por Ball (2014), mobilizando a perspectiva de análise topológica proposta por Macedo (2016), em que são conciliadas a teoria dos ciclos de Ball, o conceito de hibridação a partir de Bhabha (1998) e a noção de governamentalidade de Foucault (2008). Essa mobilização engendra-se na chave da “teorização combinada (em contraposição à adicionada), [a qual] provê uma fonte rica de conceitos para interpretar o processo político e os efeitos da política como forma de se mover além do óbvio, de criar ligações e fomentar relações para ligar nossos registros descritivos”, como prevê Ball (2014, p. 42) ao debruçar-se sobre o escopo analítico das pesquisas sobre políticas educacionais, dimensão a ser articulada a nossas discussões sobre a BNCC.

Mobilizaremos ainda o Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1989) para a leitura do texto em busca de pistas, sinais, que possibilitem olhar para os textos curriculares como documentos que trazem indícios do enfrentamento de grupos sociais que procuram tornar a escola pública espaço de disseminação de seus valores, promovendo um afastamento cada vez maior dos sentidos que ligam a disciplina escolar de Biologia àqueles provenientes do campo científico.

O estudo será acompanhado da leitura de textos (artigos, dissertações e teses) que contextualizem a formulação de documentos curriculares para a Educação Básica em sua relação com o ensino de Biologia no período de 2017, ano da promulgação da lei 13.415/2017, até a lei 14.945/2024, que a revogou parcialmente.

Some-se à análise dos documentos a mobilização de referenciais provenientes da perspectiva pós-fundacional (Laclau e Mouffe, 2015).

Ressaltamos que, nesta etapa, nossa análise está restrita aos documentos oficiais (BNCC e CRMS) e a produção acadêmica disponível sobre o tema. A ausência, neste momento, de escuta direta de docentes constitui uma limitação do estudo, que será enfrentada na próxima fase da pesquisa por meio de entrevistas e observações. A escolha por um aporte teórico plural permite ampliar os olhares sobre as disputas de sentidos no campo curricular e compreender os documentos como produtos culturais em disputa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de apagamento de sentidos de conhecimento pela ressignificação dos

conteúdos e afastamento das Ciências de Referência, que ocorre nos documentos curriculares desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 2000), vem sendo observado nos estudos realizados pela equipe do Grupo de Pesquisas Currículo, Cultura e História (GEPEH/UFMS). Tem-se notado que, especialmente na BNCC, os apagamentos ocorrem em meio à busca de fixação de sentidos através da configuração de híbridos operados em meio a recontextualizações (Lopes, 2006; Gabriel, 2015).

A elaboração de uma Base Nacional Comum foi determinada tanto pela Constituição Federal do Brasil de 1988, quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN (BRASIL, 1996) em vigor, em que pese a contradição tênue que aparece na redação, opondo a ideia de uma base nacional comum àquela defendida pelos movimentos sociais de uma base comum, configura-se como indício do enfrentamento acirrado de projetos em disputa no interior do sistema educacional nas últimas décadas (Brzezinsky, 2010) e exacerba a necessidade de examinarmos mais detidamente este documento. Os embates por fixação de sentidos de currículo têm sido evidenciados ao percebermos que os questionamentos de educadores dos mais diferentes lugares, formações e campos de atuação sobre o sentido de uma base nacional comum vêm sendo cotidiana e paulatinamente substituídos no interior das propostas derivadas da BNCC, e dos sistemas educacionais, pela ênfase na necessidade dos docentes compreenderem, planejarem e agirem em acordo com as competências e habilidades listadas na BNCC (e mais recentemente na Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica - BNC-FP), desconsiderando-se, por exemplo, a forte relação dessa concepção com aquela da taxionomia de objetivos que marcou a política curricular nacional em tempos de ditadura civil-militar, ou a naturalização que seu conteúdo tem adquirido durante esse processo.

Esse movimento enceta, a nosso ver, um processo de uniformização e subalternização, salientando o papel das reformas curriculares que têm sido empreendidas nas últimas quatro décadas em nosso país, uma vez que a BNCC faz parte de um conjunto de medidas de caráter neoliberal, que intencionam incrementar projetos de privatização e de mercantilização da educação (Torres, 2005; Jimenez; Segundo, 2007; Piolli; Silva; Heloani, 2015).

Exacerba-se, nesse contexto, a necessidade de compreendermos as reformas curriculares como um todo, e a BNCC em específico, como prática cultural, como lugares de enunciação (Macedo, 2006) contextualizados em disputas. Entendidos como espaços de poder, os documentos curriculares funcionam como um sistema de significações dentro do qual os sentidos são produzidos pelos sujeitos (Lopes; Macedo, 2011b, p. 185). Assim, os formuladores da BNCC intentam fixar sentidos, pois, como fruto de políticas públicas que constituem um movimento institucional na busca de viabilizar um discurso oficial sobre educação, projetam identidades pedagógicas e orientam a produção do conhecimento oficial.

4 CONCLUSÃO

As análises realizadas até o momento, ainda em fase inicial de nossa pesquisa de doutorado, permitem afirmar que a BNCC busca fixar sentidos de conhecimento em uma perspectiva neotecnicista (Freitas, 2013), contribuindo para o esvaziamento da função formativa crítica do currículo e dificultando a constituição de projetos de educação emancipadora. No caso do ensino de Biologia, observamos no CRMS um alinhamento a essa lógica, com apagamentos de conteúdos científicos e distanciamento da Ciência de Referência, em favor de uma organização curricular baseada em competências e habilidades de cunho genérico e adaptável ao mercado.

Esta etapa da pesquisa limitou-se à análise documental comparativa entre a BNCC e o CRMS. Ainda não investigamos como essas diretrizes são ressignificadas nas práticas pedagógicas e nas compreensões de professoras e professores da educação básica. Essa é uma limitação importante, pois os sentidos do currículo se completam na vivência concreta do

espaço escolar.

Como perspectiva futura, pretendemos aprofundar o estudo por meio da escuta de docentes de Biologia do estado de Mato Grosso do Sul, visando compreender como esses profissionais interpretam, adaptam e negociam os sentidos propostos nos documentos curriculares em sua prática cotidiana.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2014.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 fev. 2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

BRZEZINSKY, I. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: Embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul.out.2010.

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?lang=pt&format=pdf>.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, I. Reformas Educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história do

Brasil Republicano (1931/2009). **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013 187.

GABRIEL, C. T. Docência, demanda e conhecimento escolar: articulações em tempos de crise. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 425-444, maio/ago. 2015.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011 - Capítulos 1 e 2.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989, p. 281.

JIMENEZ, S. V.; SEGUNDO, M. D. M. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 28, p. 119-137, janeiro/junho 2007.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

LOPES, A. C. **Discursos Nas Políticas De Currículo**. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006.

Lopes, A. C.; Macedo, E. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. MACEDO, Elizabeth. Por uma leitura topológica das políticas curriculares. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas** Vol. 24, No. 26, p. 01-24, 2016.

MACEDO, E. Currículo: Políticas, cultura, poder. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Ensino Médio e Novo Ensino Médio / Organizadores Helio Queiroz Daher; Davi de Oliveira Santos; Marcia Proescholdt Wilhelms**. Campo Grande - MS: SED, 2021. (Série Currículo de Referência; 2).

PIOLLI, E.; SILVA, E. P.; HELOANI, J. R. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez, 2015.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE; III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 26 a 29 de outubro de 2009. p. 1-13.

TORRES, C. A. Conhecimento especializado, apoios externos e reforma educativa na época do neoliberalismo: um enfoque no Banco Mundial e na questão das responsabilidades morais na reforma Educacional no Terceiro Mundo. **Revista Lusófona de Educação**, 2005, 1, 15-36.

ZANDAVALLI, C. B.; SANTOS, M. A. L. **Formação docente e currículos em tempos de BNCC: competências e habilidades para qual qualidade?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.